

Moedas Sociais nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento: a Experiência das Conchas em Matarandiba/BA

**Ariadne Scalfoni Rigo, Genauto Carvalho de França Filho,
Leonardo Prates Leal**

Resumo

O texto propõe uma revisão do debate antropológico sobre a moeda, permitindo escapar ao reducionismo economicista que a identifica com a ideia de neutralidade. Com esta ampliação do olhar sobre a moeda, discute-se o uso de moedas sociais nas práticas dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil. O intuito é refletir sobre a experiência do BCD Ilhamar e da moeda social Concha, implementados, desde 2007, na comunidade Matarandiba, no município de Vera Cruz, na Bahia. As reflexões baseadas nesta experiência permitiram identificar alguns desafios como a construção da confiança por parte dos próprios moradores no sistema de moeda social local; a capacidade de manter níveis elevados de coesão social na comunidade; o nível de organização já existente na comunidade, o que pode ser útil a outras experiências do uso de moedas sociais.

Palavras-chave

Moeda Social. Moedas Complementares. Antropologia da Moeda. Bancos Comunitários. Matarandiba.

Abstract

The text proposes a review of the anthropological debate about allowing currency to escape the economic reductionism that identifies it with the idea of neutrality. This approach on the currency perspective discusses the use of social currencies in the practices of Community Development Banks (BCD) in Brazil. The aim is to reflect upon the experience of the BCD Ilhamar and the social currency Concha, implemented in 2007 in the community of Matarandiba in the municipality of Vera Cruz, Bahia. Reflections based on this experience allowed the identification of some challenges, such as the building of residents' confidence in the local social currency system; the ability to maintain high levels of social cohesion within the community and; the level of organization existing in the community. That might be helpful to other experiences using social currencies. Social Management. Concept. ENAPEGS. Article. Scientific Event.

Keywords Social Currency. Complementary Currencies. Anthropology of Money. Community Banks. Matarandiba.

INTRODUÇÃO

A partir do início do século XX, as discussões sobre a moeda no campo da economia passaram a se concentrar na questão da sua suposta neutralidade. Nesse sentido, a moeda é entendida como um instrumento de troca, incapaz de afetar as relações entre as coisas e as pessoas que participam do conjunto das trocas. Esta ideia de neutralidade da moeda expressa-se principalmente pelas noções de universalidade e quantitativismo e pelas funções de contar e medir. Esses conceitos, que quase falam por si só, incomodaram a sociologia e a antropologia econômica, campos do conhecimento que vêm destacando o caráter inerentemente social e institucional da moeda (ZELIZER, 2005; LIETAER; KENNEDY, 2010).

A análise de Lietaer e Kennedy (2010, p. 29) contra-argumenta a ideia da moeda como “um instrumento de trocas neutro: se supõe que não influencia na natureza dos intercâmbios, mesmo em um horizonte temporal, nem nos investimentos realizados e nas relações entre as pessoas que a utilizam”. Baseando-se principalmente nos casos dos *régios alemães*¹, esses autores mostram que, no seio desses círculos de intercâmbios, os amigos aceitam ser pagos em moeda social por uma ajuda, e até rechaçam o pagamento em moeda oficial nessas ocasiões.

A existência de moedas complementares tem reforçado outras possibilidades de interpretação da moeda. Estas outras possíveis interpretações entendem a moeda não estritamente em termos econômicos e unicamente como moeda de mercado (ZELIZER, 2005).

Para a antropologia econômica, a moeda não é única, uniforme e generalizada, mas existe de formas múltiplas. Dentro da tradição antropológica, vários estudos mostram diferentes tipos e usos de moedas, como, por exemplo, no caso de moedas que eram usadas para serem apresentadas em casamentos, outras para comprar alimentos e outras para indenizar prejuízos e insultos. Em algumas sociedades antigas, esse sistema socialmente construído era complexo e contava com uma hierarquia definida entre os diferentes tipos de moedas e, inclusive, a forma pela qual elas eram guardadas respeitava certas normas sociais. Nessa perspectiva, as moedas são qualificadas em “razão dos seus usos e das significações individuais que lhes são atribuídas pelo fato das mesmas corresponderem a uma existência social cotidiana” (ZELIZER, 2005, p. 55). Sendo assim, não haveria uma moeda abstrata, mas várias moedas relacionadas ao agente que a usa e ao contexto onde se insere. Assim, como criamos a linguagem própria em tal e qual contexto, criamos marcas socialmente coerentes nas moedas.

Além disso, a moeda também existe fora do mercado e se submete a diferentes estruturas

culturais e sociais. A moeda, vista como um fenômeno de mercado, não dá conta de tratar amplamente o fenômeno, acabando por deixar de lado certas moedas, não fungíveis, não portáteis, subjetivas, e, conseqüentemente, qualitativamente heterogêneas (ZELIZER, 2005; BLANC, 1998). Em suma, a moeda pode ser singular e não cambiável, e o mais insubstituível dentre os objetos pessoais (ZELIZER, 2005).

Em meio a esse debate, este trabalho apresenta o entendimento antropológico da moeda e um caso de uso de moeda complementar no Brasil. Pensamos que esta abordagem é capaz de oferecer mais possibilidades de compreensão do fenômeno das moedas complementares e, especificamente, das moedas sociais brasileiras, tendo em vista o caráter diversificado das experiências que envolvem o uso destas moedas. Em alguns casos, o uso de certas moedas parece, a primeira vista, irracional, como no caso do *Chiemgauer*², um sistema de moeda complementar que funciona com taxas de juros negativas (ou oxidação), ou seja, as moedas perdem seu valor periodicamente. Na verdade, este mecanismo estimula a circulação dos *chiemgauers* na região, cujo propósito é dinamizar a economia.

Esclarecemos que este trabalho inicial não pretende aprofundar o debate entre campos do conhecimento sobre a moeda, tampouco discutir em profundidade seu conceito. Apenas buscamos um caminho teórico que permita ampliar a noção de uso de moeda e que não exclua uma diversidade de práticas que depositam na confiança o principal fator de integração social dos diversos instrumentos monetários (BLANC, 1998).

Objetivamente, este trabalho reflete sobre uma experiência brasileira do uso de moeda social, partindo das experiências acumuladas durante os quatro anos de atuação da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia (ITES/UFBA) na implementação de uma Rede Local de Economia Solidária (RLES) na comunidade de Matarandiba, no município de Vera Cruz, na Bahia.

Dividimos o conteúdo aqui apresentado em três partes principais. Inicialmente, apresenta-se resumidamente o entendimento antropológico sobre a moeda para, em seguida, situar o debate internacional sobre moedas complementares ou sociais, contextualizando tais práticas no Brasil. Na terceira parte, discute-se o caso da moeda social “Concha”, em circulação na comunidade de Matarandiba. Nas considerações finais, procurou-se sublinhar alguns desafios que se impõem nesse tipo de experiência.

SOBRE A ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA DA MOEDA

Conta-se que, nos primórdios, as sociedades viviam sob a égide de um comunismo primitivo, onde se repartia as riquezas entre seus membros. A partir do desenvolvimento dessas comunidades, os contatos entre elas foram inevitáveis e a consequência natural foi uma forma pura de troca, chamada de escambo, na qual os objetos (artefatos, produtos agrícolas, animais etc.) eram comparados uns aos outros de forma natural e trocados entre si. Em seguida, o escambo complexificou-se e se ampliou de tal forma que surgiu um meio de troca, para torná-lo mais cômodo e “justo”. Este meio de troca – a moeda – então, tornou-se um

mecanismo para expressar os valores das coisas, sendo possível, com isso, reservá-la para trocas futuras (AGLIETTA; ÓRLEANS, 1990).

Para alguns estudiosos, essa história resumida acima é uma “fábula” contada pela economia para explicar o surgimento da moeda. Porém, para alguns autores, especificamente os adeptos de uma abordagem antropológica da economia, essa é a origem da moeda moderna, a que conhecemos hoje como moeda de mercado, mas não é a origem da moeda em si, como prática e como instituição (AGLIETTA; ÓRLEANS, 1990; POLANYI, 2011).

Caillé (1995) é um dos autores que se refere ao entendimento da economia sobre a moeda como “fábula” e não vê resultado no esforço da economia para entender que o que há por trás da moeda é a sede de riqueza, pois não haveria mistério nisso. Para a economia, é simples: a moeda é um “truque técnico” para que haja o desenvolvimento das trocas, as quais são necessárias para o enriquecimento (que é intrínseco e desejável), porque dois bens valem mais do que um e assim por diante. Logicamente, tais técnicas foram se aperfeiçoando. Passando do boi e do camelo para as letras de crédito, a moeda escritural, o cheque, o cartão de crédito etc. Entretanto, para o autor, isso não explica o valor intrínseco da moeda. Isto é do ponto de vista antropológico, a moeda vale o que nós cremos que ela vale...

Assim, para a antropologia econômica, a moeda tem origem nos sistemas de trocas recíprocas, estabelecidos nas sociedades arcaicas. Por exemplo, na Grécia antiga, os objetos e seus respectivos valores dependiam enormemente do reconhecimento mútuo entre as pessoas, do tipo de objeto, do *status* entre pessoas diferentes, formando-se categorias de valores de uso numa estrutura de relações solidárias relativamente complexa (AGLIETTA; ÓRLEANS, 1990).

A moeda, então, pode ser vista como um emaranhado de dívidas e créditos na sociedade, os quais a formam e a constroem. A moeda é um “elo que unifica os sistemas de dívida. Ela é uma representação ativa da sociedade como um todo, pois participa desde o início de sua construção” (THÉRET, 2008, p. 3). Sob esta perspectiva, a dimensão simbólica da moeda destaca-se, tendo em vista que o entendimento é o de que ela opera como um símbolo que se relaciona com outros símbolos do sistema, dentro do qual os significados são compartilhados, trocados e fazem sentido. Numa concepção intermediária entre a exclusivamente simbólica e a exclusivamente econômica, a moeda é entendida como “uma forma institucional conectando pessoas e coisas, um sistema de regras que faz com que ‘a coisa distinta das pessoas’ que foi escolhida para representar certas relações entre pessoas, o faça legitimamente (THÉRET, 2008).

Na moeda de mercado, a dívida tornou-se dissociada da pessoa do devedor, devido à expansão das relações mercantis, potencializada pela possibilidade de acumular. Para Aglietta e Orleans (1990), comprar sem ter que pagar imediatamente, bem como ampliar as dívidas transferindo-as a terceiros, provoca uma ampliação no tempo e no espaço, modificando as obrigações monetárias.

Um exemplo que ajuda a compreender a concepção antropológica da moeda relaciona-se à poupança funerária. Em meados do século XX, as despesas com o funeral dos entes

queridos eram consideravelmente elevadas, mas uma despesa das mais importantes, mesmo para os mais pobres. Era uma questão de honra poder ser enterrado com distinção e, no caso dos ricos, com pompa. Sob a perspectiva da racionalidade econômica, os gastos excessivos com funeral seriam um ato irracional, mas era perfeitamente compreensível do ponto de vista moral (ZELIZER, 2005).

As pesquisas etnográficas têm contribuído sobremaneira para o entendimento da moeda e se contrapõem às explicações e interpretações da economia sobre os usos que algumas sociedades arcaicas fazem de suas moedas. Por exemplo, Rospabé (1995, p. 22) mostra que os bens preciosos utilizados por essas comunidades como moedas não são usados para comprar bens ou serviços, “mas como símbolos, garantias, contrapartidas, que eles pensam ser primordiais e substanciais à perpetuação da vida”.

Dentre os inúmeros exemplos apontados por Rospabé (1995), o “pagamento pela noiva” nas sociedades arcaicas é considerado o tipo de pagamento mais comum e talvez mais antigo. O autor utiliza-se de análises profundas e detalhadas das relações sociais envolvidas nesse tipo de pagamento que se mostram contrárias à tese de “comprar” uma mulher. Em essência, o autor mostra as relações que se formam entre os grupos dos doadores (familiares da mulher) e os grupos dos recebedores (familiares do marido), relações essas que se caracterizam como uma dívida de vida. O pagamento com a moeda não liberta, ou seja, não dispensa de obrigações futuras, ao contrário, paga-se para manter uma dívida. Assim, “[...] longe de adquirir definitivamente uma mulher e seus filhos, os ‘pagadores’ da mulher se tornam endividados para com àqueles que são ‘doadores’ das suas filhas” (ROSPABÉ, 1995, p. 41).

MOEDAS COMPLEMENTARES E AS EXPERIÊNCIAS DE MOEDAS SOCIAIS BRASILEIRAS

Para Blanc (1998), as moedas paralelas constituem-se num amplo conjunto de instrumentos monetários. São denominadas “paralelas”, porque se justapõem dentro das carteiras dos agentes, coexistindo e complementando a moeda nacional. Tais moedas, denominadas “complementares” por Lietaer e Kennedy (2010), têm se manifestado em diversos países e sob as mais variadas formas, inclusive, em países que não passaram por crise financeira ou por algum tipo de recessão econômica, como poderia se pensar (BLANC, 1998; LIETAER; KENNEDY, 2010). No entanto, alguns casos são notórios, como o caso da Argentina, onde o endividamento das províncias foi o principal motivo para o surgimento de moedas complementares, precisamente a partir de julho de 2001 (COLLIAC, 2005). As moedas paralelas provinciais na Argentina foram amplamente aceitas, inclusive pelo Estado Federal. Dentre elas, a *Patacón*, moeda paralela em Buenos Aires, era utilizada para pagar dívidas públicas, chegando a 80% do pagamento das pensões e salários. Além disso, outras instituições, como as bancárias, foram se adequando a essa realidade, passando a aceitar e abrir contas na outra moeda. As influências dos usos dessas moedas foram amplas e complexas, a ponto de, por exemplo, as *Lecops*, do governo federal, e as *Patacones*, serem encontradas em outras províncias e não apenas em Buenos Aires, havendo casos, inclusive, em que o número de *Patacones* era maior do que as moedas da outra província (COLLIAC,

2005).

Assim, há incontáveis exemplos sobre moedas alternativas, cada qual com suas especificidades e surgidas em contextos específicos em resposta a situações também específicas. De modo geral, as manifestações de moedas paralelas, ao contrário do que se possa pensar, não concorrem com a moeda nacional, pois são “hierarquicamente” inferiores, na medida em que não são utilizadas para certas transações formais como no caso de pagamentos de impostos e taxas (BLANC, 1998; LIETAR; KENNEDY, 2010).

No Brasil, o caso de Curitiba também pode ser destacado, acerca do uso de moedas complementares. Em 1971, o prefeito da cidade, no intuito de resolver o problema dos resíduos e lixo típicos das cidades brasileiras em processo de crescimento demográfico, criou uma moeda complementar sob a forma de vale transporte. Cada sacola de lixo depositada nos contêineres de reciclagem dava direito a um vale transporte. Assim, o programa ampliou-se e o lixo pôde ser trocado também por alimentos e por cadernos escolares, no início do ano letivo. Logo, o que começou como um projeto de saúde pública desenvolveu-se, pouco a pouco, para um programa de gestão do transporte e do desemprego (LIETAR; KENNEDY, 2010, p. 47).

Vale destacar outro exemplo de moeda complementar que não faz uso, necessariamente, do papel moeda, mas apenas das horas de trabalho dedicadas pelos membros. O sistema mais conhecido é o *TimeDollar*, experiência encontrada frequentemente nos EUA, e que consiste na troca de serviços (ou horas de serviços) entre vizinhos ou membros de uma rede local. Assim, ao receber uma hora de serviços de alguém, uma hora de serviço é debitada do recebedor e uma hora é creditada para o prestador do serviço e, como uma hora é sempre 60 minutos, não existem juros ou inflação. Porém, na avaliação de Rocard (2010), mais do que a provisão de serviços que podem ser inacessíveis para alguns membros de um sistema desse tipo, tais “bancos de horas” possibilitam a circulação de

[...] tipos de conhecimento raros a ponto de serem esquecidos por estarem desmercantizados podem ver-se revalorizados desta maneira. E mais, a circulação de conhecimentos e habilidades não mercantizados se mostra como um meio útil de lutar contra o desemprego (ROCARD, 2010, p. 9, tradução nossa).

De acordo com Soares (2009, p. 255), “moeda social é uma forma de moeda paralela instituída e administrada por seus próprios usuários, logo, sua emissão é originada na esfera privada da economia”. Os sistemas de moedas locais procedentes de coletividades de pessoas com vocação não comercial, apoiados pela lógica da circulação da riqueza e organizados “sobre a base de uma dívida social indefinidamente mantida” (BLANC, 1998, p. 85), a exemplo dos LETS (Local Exchange Trading Systems) nos EUA e dos SELs (*Systèmes d’Échange Local*)³ na França, são denominadas de sociais, comunitárias, solidárias ou mesmo regionais ou locais por Lietaer e Kennedy (2010, p. 76). No Brasil, são frequentemente chamadas de “moedas sociais” (MENEZES; CROCCO, 2009; BÚRIGO, 2010; SOARES, 2006; 2009) e, de acordo com França Filho e Silva Jr. (2009), a razão para a denominação “social” diz respeito ao fato delas estarem a serviço das comunidades que as criam e implementam, no intuito de apoiarem na resolução dos seus problemas sociais e econômicos.

No Brasil, destaca-se o sistema de moedas sociais associado aos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs). Os BCDs são vistos como uma tecnologia social intimamente ligada a estratégias de gestão do desenvolvimento territorial. França Filho e Silva Jr. (2009, p. 103) definem Bancos Comunitários de Desenvolvimento como “uma prática de finanças solidárias de apoio a economias populares de territórios com baixo índice de desenvolvimento humano”. Caracterizados como uma “prática”, os autores ressaltam quatro ações ou mecanismos de intervenção territorial, intimamente relacionados aos BCDs: a) fundo de crédito solidário; b) feiras de produtores locais; c) capacitação em economia solidária; e d) moeda social circulante local. Esta última é o foco deste trabalho. Essas ações, de acordo com os autores, intencionam promover no território ou comunidade a articulação de atores locais - produtores, consumidores e prestadores de serviços – vinculada ao movimento de economia solidária e preocupada com o fortalecimento da economia local.

Vale, ainda, ressaltar a diferença entre os BCDs e as ações de microcréditos tradicionais. Estas últimas estão voltadas para pequenos empréstimos individuais para criação ou melhoramento de um pequeno negócio. Portanto, as experiências dos BCDs afastam-se da noção de “indústria da microfinança”, ou seja, de um novo nicho de mercado criado ou aproveitado por grandes bancos comerciais no sentido de “bancaizar os mais pobres” (FRANÇA FILHO, 2008, p. 223). Os BCDs, além de ampliarem o universo das microfinanças, fundamentam-se nas relações de proximidade, confiança e de solidariedade, no intuito de promoverem o desenvolvimento local por meio do aproveitamento das capacidades endógenas.

No Brasil, a origem dos BCDs remete à experiência do Banco Palmas, localizado no bairro chamado Conjunto Palmeiras, da cidade de Fortaleza, Ceará, em 1998. No caso, a Associação de Moradores desse bairro foi a promotora dessa iniciativa diante das dificuldades enfrentadas pela comunidade, relativas à baixa renda e a escassas oportunidades de trabalho. A partir dessa experiência, repercussões positivas, não apenas no próprio bairro, mas no Brasil e em outros países, podem ser notadas. Em 2003, foi criado o Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, responsável pelo estabelecimento de parcerias com outras instituições e a criação da moeda social “Palma”. A partir de então, uma série de outros bancos comunitários foram e estão sendo formados em várias cidades brasileiras e também no estado do Ceará. Atualmente, já contam cerca de 70 BCDs no país, todos eles utilizando moedas sociais ou em vias de implementação destes meios circulantes locais.

As moedas sociais criadas via BCDs servem a dois propósitos básicos: como **instrumentos de incentivo ao consumo** (assim como os cartões de crédito e outras estratégias), os quais se tornam legítimos no território e entre os atores locais (consumidores, produtores e comerciantes); e como estimulantes de um **novo tipo de relação com o dinheiro**, pois o intuito é restaurar vínculos sociais degradados e propor um “novo tipo de organização da vida econômica local”, ousando “construir um novo tipo de sociabilidade”, diferente daquela baseada nas trocas mercantis e no interesse único de satisfação pessoal e material (FRANÇA FILHO; SILVA Jr., 2009, p. 107).

Colocar em circulação as moedas sociais é sempre um desafio. No caso da criação da moeda

Palmas (P\$), a estratégia do Banco Palmas foi a de construir a escola comunitária utilizando a moeda social ao pagar parte do salário dos funcionários – membros da comunidade – e parte do material de construção. No início, foram empreendidos vários esforços para que a moeda passasse a circular de maneira mais ampla. Um destes esforços foi um trabalho de sensibilização junto aos comerciantes locais para que aceitassem a moeda social como meio de pagamento; outro foi criar linhas de empréstimos “a fundo perdido” e sem juros para os comerciantes que aceitassem receber o pagamento de clientes em Palmas.

Importa salientar o fato das práticas de circulação de moedas sociais em comunidades através da ação de BCDs constituírem a manifestação de um fenômeno mais amplo que é a economia solidária, cuja expressão específica através desse tipo de experiência pode ser denominada de finanças solidárias ou finanças de proximidade, pelo fato de inscrever valores como solidariedade ou confiança no centro de práticas e operações financeiras reguladas comunitariamente. Tais práticas conhecem mais recentemente um crescente processo de reconhecimento institucional, conforme atestam alguns fatos como: a constituição da rede brasileira de BCDs e a própria expansão do número de experiências nos últimos 3 anos; a definição das finanças solidárias como uma das três áreas programáticas de intervenção da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE), enquanto instância do Ministério do Trabalho; a realização do Fórum Banco Central de Inclusão Financeira (em 2009 e 2010), contando com painéis e mesas especiais para tratamento do tema das finanças solidárias; a realização de conferência temática sobre finanças solidárias preparatória para a conferência nacional de economia solidária acontecida em julho de 2010; e a própria viabilização, através da Senaes, de edital público nacional de apoio às finanças solidárias em 2010, entre outros fatos.

Finalmente, importa sublinhar o fato das práticas de economia solidária no Brasil, de uma maneira geral contarem, em grande parte dos casos, com parcerias e articulações institucionais envolvendo entidades de apoio e fomento às próprias iniciativas, dentre as quais podem ser destacadas as chamadas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's), que se constituem como programas de extensão em diferentes universidades no país, atuando no apoio às práticas de economia solidária. É justamente uma situação deste tipo que caracteriza a experiência objeto da análise a seguir.

“CONCHA”: REFLEXÕES A PARTIR DA MOEDA SOCIAL DE MATARANDIBA, NA BAHIA

Matarandiba é uma comunidade tradicional, com menos de 1000 (mil) habitantes, cuja população vive da renda gerada pela atividade da pesca artesanal e do extrativismo das suas áreas de manguezais, localizada na contra-costa da Ilha de Itaparica, município de Vera Cruz/BA, Região Metropolitana de Salvador. Matarandiba, como tantas outras comunidades, acumula um conjunto de déficits no plano educacional, econômico, ambiental, político e social, que a torna um desses territórios claramente marcados pela presença de índices relativamente significativos de pobreza.

O Banco Comunitário de Desenvolvimento Ilhamar (BCDI), um empreendimento da rede de economia solidária da localidade de Matarandiba, surgiu a partir de um processo de mobilização dos moradores dessa vila, através de ações reivindicatórias junto à prefeitura do município e junto à empresa de mineração Dow Brasil, a qual possui uma unidade de extração de salgema (sal mineral) instalada nas proximidades da comunidade. Diante do processo de reivindicações iniciado pela comunidade na busca de soluções para seus problemas, a empresa Dow Brasil convidou a ITES/UFBA, no ano de 2007, para elaborar, junto à comunidade, um projeto com o intuito de responder às reivindicações em torno das condições de trabalho, renda, cultura, educação, entre outros temas relevantes para a comunidade. Surge então o Projeto Economia Solidária e Sustentável de Matarandiba (Projeto Ecosmar) iniciado em agosto de 2007, tendo como objetivo

Promover o desenvolvimento local sustentável de Matarandiba, através da geração de trabalho e renda, tendo como base a criação de empreendimentos coletivos solidários voltados para a produção, consumo e gestão de serviços públicos locais, na perspectiva de institucionalização de uma rede de economia solidária (PROJETO ECOSMAR, 2007, p. 10).

Após quatro anos de trabalhos, as ações do Projeto Ecosmar permitiram conformar a atual Rede Local de Economia Solidária de Matarandiba, que consiste em organizações de naturezas diversas, tais como: a Associação Comunitária de Matarandiba (Ascoma), a Associação Sociocultural de Matarandiba (Ascomat), o Banco Comunitário de Desenvolvimento Ilhamar (BCDI), o Infocentro Comunitário de Matarandiba (Infomar), o Grupo de Produção Agroecológica de Alimentos, o Vivertur – turismo de base comunitária, padaria comunitária, grupo de ostreicultura familiar, o Fórum de Desenvolvimento Comunitário de Matarandiba (FDCM) e do próprio comércio local, formal ou informal, que aderem ao sistema Concha. Esses empreendimentos atuam no intuito de organizar uma rede para ofertar produtos e serviços na perspectiva de soluções de problemas vividos na comunidade, desde o acesso a microcrédito solidário para produção e consumo até serviços de transporte, microinformática, bem como ações culturais, debate público local, formação e capacitação profissional, entre outras.

Fruto dessa experiência, o BCD Ilhamar é um empreendimento que compõe a Rede Ecosmar. Uma “rede de economia solidária significa uma associação ou articulação de vários empreendimentos e/ou iniciativas de economia solidária com vistas à constituição de um circuito próprio de relações econômicas e intercâmbio de experiências e saberes formativos” (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009, p. 728). A formação dessas redes locais é a principal estratégia de gestão do desenvolvimento dos territórios utilizada pela ITES/UFBA, sendo os BCDs um “elo” fundamental na dinâmica da rede, a partir do qual os diferentes instrumentos de finanças solidárias e demais empreendimentos são criados com base nas demandas dos territórios e em decisões coletivas. Neste sentido, conforme observam Lietaer e Kennedy (2010, p. 44), estruturas democráticas e descentralizadas são “condição essencial” para o bom funcionamento das moedas locais. Tais autores consideram ainda que, mesmo nos casos em que a criação dessas moedas é uma iniciativa externa, a construção dessas estruturas deve permear a ação de intervenção.

Fundado em 27 de abril de 2008, o BCD Ilhamar objetiva “integrar a comunidade socio-economicamente através da oferta de microcrédito solidário para gerar produção, consumo e serviços, criando oportunidades de trabalho e renda” (PROJETO ECOSMAR, 2008, p. 21). O BCD Ilhamar cumpre um papel de relativo destaque na rede de economia solidária de Matarandiba, pelo fato de se constituir como núcleo socioeconômico fundamental na sua dinâmica. Isto porque o banco constitui-se como instância central de financiamento de diversas iniciativas da rede local, pois, através da disseminação do microcrédito popular e solidário, ele contribui tanto no financiamento direto da própria produção ou prestação de serviços na comunidade (favorecendo o surgimento de novas iniciativas), quanto no financiamento do próprio consumo local. O BCD busca incitar outras formas de práticas solidárias como as trocas de serviços, cujo intuito é valorizar um circuito não monetário de relações extremamente importante no fortalecimento da sociabilidade local.

Assim, pelo monitoramento do lastro no banco - pois toda moeda social deve ter seu lastro do mesmo valor em Real depositado na conta associação que abriga juridicamente o Banco Comunitário -, sabe-se quanto de meio circulante existe na comunidade. A moeda social circula na comunidade através de empréstimos, pagamentos (como salários e bolsas de projetos), compras e trocos nos estabelecimentos comerciais e por meio de simples troca, do real pela concha no Banco Comunitário. Além disso, os BCDs utilizam-se de uma série de estratégias de incentivos para que os membros da comunidade usem a moeda social na comunidade. Dentre os poucos estudos existentes, alguns mostram que a comunidade não necessita ter qualquer característica especial (a não ser a necessidade) para criar esse mecanismo de distribuição de riqueza, mas enfatizam que o trabalho de sensibilização dos comerciantes e da comunidade e as alternativas utilizadas pelos gestores dos Bancos Comunitários para fazer circular a moeda na comunidade são fundamentais (SILVA Jr., Entrevista, 29 maio 2010).

A moeda social concha, equivalente local de troca utilizado pelo BCD Ilhamar, foi lançada na comunidade de Matarandiba em novembro de 2008. O processo de elaboração e constituição da moeda social deu-se em duas etapas fundamentais: a de concepção da moeda e a de mobilização dos usuários para adesão ao sistema. Primeiro, todo o trabalho de concepção iconográfica foi realizado pelos moradores, refletindo nas moedas os signos identitários do cotidiano da vida no lugar, tais como, a imagem dos pescadores e marisqueiras - recursos pesqueiros locais que constituem os principais meios de vida de sua população - além das imagens das manifestações culturais tradicionais da localidade e região. Em segundo lugar, a mobilização para implementação da moeda social foi realizada pelos membros do BCD Ilhamar, membros da Associação Comunitária de Matarandiba (ASCOMA) e a equipe técnica da ITES/UFBA, com o objetivo de formar e informar toda a comunidade sobre o modo de funcionamento do circulante local. Assim, os comerciantes locais foram sensibilizados para aderirem ao sistema e aceitarem em seus estabelecimentos a moeda social e os moradores (usuários e clientes) foram capacitados sobre o processo de tomada de créditos para consumo e produção.

Sendo assim, na comunidade de Matarandiba, a moeda social **Concha** pode ser vista como um instrumento para servir como regulador da dinâmica socioeconômica local.

Essa regulação é realizada na medida em que os usuários do sistema concha participam de forma livre e desobrigada das atividades do BCD. Estas atividades caracterizam-se, fundamentalmente, pela oferta de microcrédito solidário e uso da moeda social concha. O microcrédito solidário é a forma que o BCD Ilhamar utiliza para financiar atividades de produção, oferta de serviços e consumo na comunidade. Em geral, a oferta de crédito para produção e oferta de serviços é realizada em moeda nacional corrente (ou seja, em Real), já a oferta para consumo é realizada quase que integralmente em moeda social, pois grande parte dos produtos que se busca consumir com esse crédito podem ser encontrados na comunidade, como os itens de alimentação da cesta básica.

Analisando o recente período de funcionamento, no que tange aos resultados financeiros do BCD Ilhamar, de abril de 2008 a dezembro de 2012, verifica-se que de um total de 525 créditos liberados – distribuídos nas linhas de crédito de Consumo (435), Produção (60), Reforma (26) e Cred Jovem (04) –, um percentual de 82,85% das solicitações de crédito destinam-se ao consumo de produtos básicos, em geral, de alimentação. Desse total de créditos para consumo, 287 foram em moeda social Concha, o que demonstra um amplo uso dessa forma de pagamento na comunidade de Matarandiba. O BCD Ilhamar tem trabalhado com um nível de inadimplência de 4,94%.

Os comerciantes aderiram ao sistema por meio de um contrato com o BCD Ilhamar, o qual dispunha sobre o processo de aceitação da moeda social e o prazo para realizar as trocas dos excedentes (em real) no Banco Comunitário. O excedente é o volume de moedas sociais que o comerciante não fez circular na forma de pagamentos das suas contas (com fornecedores, alugueis, por exemplo) ou mesmo no consumo de outros bens e serviços que podem ser encontrados na própria comunidade. Os usuários/clientes aderiram ao sistema na medida em que passaram a receber empréstimos, em moeda social, relativos às diversas linhas de crédito que o banco comunitário oferece (consumo, produção, reformas, cred jovem). Assim, uma vez que esses créditos são liberados em moeda social, são utilizados na própria comunidade, ou seja, nos estabelecimentos locais que aderiram ao sistema concha. Ao final desse processo, estabelece-se a rede de produtores, comerciantes, prestadores de serviços e consumidores que usam as “conchas” no seu dia a dia.

Parece instrutivo notar ainda que a oferta do microcrédito em moeda social e o seu uso criam uma relação paradoxalmente obrigada e desobrigada, ao mesmo tempo. Trata-se de uma relação obrigada na medida em que o usuário tomador de tal crédito é levado, obrigatoriamente, a consumir apenas na sua localidade – lócus fundamental de aceitação de tal moeda. Por outro lado, trata-se também de uma relação desobrigada na medida em que prevalece o caráter de livre adesão dos moradores para participar desse sistema. Estimula-se, neste tipo de prática, uma forma renovada de pedagogia política. Isto porque o ato de consumir na própria comunidade permite reforçar um tipo de consumo que, de um lado, dinamiza a economia da comunidade, permitindo a ampliação da demanda e da oferta de bens e serviços; e, de outro, reforça os vínculos comunitários por meio da apropriação e uso de um instrumento de fortalecimento da identidade local através da afirmação do sentido de pertencimento das pessoas a uma dada territorialidade, contrastando assim com um sentimento de baixa estima muito comum em territórios de exclusão. Sobre a desobrigação

de usar a moeda social, Lietaer (2007) a considera uma das grandes forças dos sistemas de moedas regionais ou locais, pois possibilita a criação de um círculo econômico saudável e sustentável, uma vez que a escolha por fazer ou não as compras e os pagamentos em moeda social é facultativa aos membros da comunidade.

A maneira ou os critérios para a concessão de crédito nos BCDs mostra a importância das relações comunitárias neste sistema. Isso porque, mais do que um cadastro formal, a concessão do crédito exige um conhecimento da vida do morador tomador de crédito. Os agentes de crédito expõem as solicitações de crédito da comunidade a um Comitê de Avaliação de Crédito (CAC), composto pelos agentes de crédito, membros da associação que abriga o BCD, membros de outras entidades locais e outros moradores da comunidade. Importa salientar, através deste tipo de prática, um papel relevante da moeda social (ignorado e incapaz de ser cumprido pelas moedas convencionais), na sua condição de tecnologia social apropriada pela comunidade: trata-se do seu potencial em reorganizar as economias locais. Tal reorganização consiste na utilização das poupanças dos moradores nas próprias atividades da comunidade. Ou seja, o consumo e a produção acabam por ser financiados por meio do uso da moeda social, gerando um ciclo de dinamização da economia local. O consumidor que antes ia buscar seus bens e serviços fora da comunidade (por motivos como: baixa oferta e variedade local, preços maiores dos produtos, qualidade dos produtos, opções de pagamento), agora se vê estimulado, por uma relação de proximidade, a realizar o seu consumo no comércio da comunidade. Por sua vez, as demandas e ofertas ampliam-se, gerando, inclusive, novos postos de trabalho, bem como a criação de novos empreendimentos locais.

A noção de um efeito multiplicador que a moeda social concha gera na comunidade de Matarandiba traduz-se pela ideia de que a moeda social causa um efeito que, ao sair do BCD Ilhamar na forma de crédito para o consumo da comunidade no comércio local, ela (moeda social) pode continuar circulando na forma de pagamentos realizados pelo comerciante que recebeu essa moeda. Isso se dá sob a forma de outros consumos particulares, em outros empreendimentos da comunidade, como os gastos em lazer e com a família; e sob a forma de consumos do próprio negócio, como o pagamento de fornecedores. Assim, as moedas sociais de posse dos comerciantes locais podem circular na comunidade até que retornem ao banco para serem trocadas pela moeda nacional. Esta troca acontece, geralmente, quando os comerciantes, produtores, prestadores de serviço precisam abastecer seus empreendimentos com produtos e serviços dos quais o comércio local não dispõe. Vale notar que, nesse circuito, em situações em que os comerciantes, ao receberem a moeda social num ato de consumo (de um tomador de crédito), não encontram possibilidades de abastecerem seu negócio com produtos de dentro da comunidade, tal sistema/circuito mostra-se curto e frágil. Assim, o incentivo para a criação de novos empreendimentos deve ser constante, apontando também para a importância do estabelecimento de uma rede e não de um EES isolado.

Embora a estratégia pareça simples, os resultados são relevantes na medida em que as comunidades onde são implementados os BCDs e as moedas sociais se encontram desconectadas (para não dizer excluídas), não apenas do sistema financeiro e das possibilidades de acesso ao crédito, mas dos processos de desenvolvimento que contam com investimentos

privados e governamentais. Nestas comunidades, percebe-se um desequilíbrio em relação aos centros/territórios economicamente mais favorecidos e, na maioria dos casos, a comunidade reforça este desequilíbrio ao consumir produtos e serviços dos centros privilegiados. Como retratado por Lietaer e Kennedy (2010), as moedas servem para reduzir a dependência financeira das regiões e, por consequência, aumentam sua autonomia na busca pela resolução de seus problemas. Para os autores, a introdução de moedas locais ou regionais possibilita maior “margem de manobra” para o enfrentamento de seus problemas econômicos e sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUE DESAFIOS SE IMPÕEM EM TAIS PRÁTICAS?

A título de conclusão importa inicialmente sublinhar o potencial mais amplo contido nas moedas sociais. Conforme sugerem Lietaer e Kennedy (2010, p. 19), as moedas regionais são instrumentos de desenvolvimento, apesar da pouca atenção que elas recebem das autoridades, com condições de resolverem numerosos problemas, pois permitem criar “um tecido de relações comunitárias e solidárias a nível regional ou local, tecido que pode ser vital para fazer frente às mudanças imprevisíveis que tenhamos que enfrentar”. Entretanto, não são poucos os desafios que se impõem na construção de tais práticas. Com base na análise da experiência de Matarandiba, iremos, a seguir, pontuar cinco aspectos, refletindo suas dificuldades.

Um primeiro desafio importante diz respeito à confiança por parte dos próprios moradores no sistema local de moeda social. Entendida como uma conquista e não como algo que se “decreta”, tal confiança requer um processo de construção da legitimidade de tais práticas na comunidade. Razão pela qual a construção de tais iniciativas, sobretudo nos seus primeiros meses de vida, envolve uma série de riscos que podem afetar a credibilidade do sistema, tais como, falta de recursos para empréstimo; fragilidade de mobilização da comunidade com ausência de mecanismos consistentes de comunicação comunitária; e pouca adesão dos comerciantes locais.

Um segundo desafio concerne à capacidade de manter níveis elevados de coesão social no ambiente comunitário. Isto porque, num sistema de relações comunitárias, muito embora abundem os circuitos solidários e recíprocos, prevalecem também redes pessoais de relações com casos muito comuns de “desafetos”. Ou seja, problemas relacionais históricos entre pessoas da comunidade podem trazer para o centro do sistema situações de conflitos extremamente difíceis de serem tratadas, a exemplo de “desafeto” entre um membro da associação local que abriga o BCDI e um importante comerciante local, o qual deixa de aceitar a moeda em seu estabelecimento.

Um terceiro desafio diz respeito à própria capacidade da comunidade em termos econômicos, em razão de suas características próprias. Ou seja, comunidades com poucas opções de atividades econômicas levam a um “encurtamento” do circuito de circulação da moeda local (até seu retorno ao BCD), o que compromete a lógica intrínseca deste sistema, já que, obviamente, quanto mais “gira” a moeda social, mais saudável se torna seu sistema – afinal de contas, seu propósito não é de acumulação. Num desafio desse tipo, a solução passa pela

incrementação de novas atividades, com ênfase no chamado crédito produtivo do BCD (permitindo “esticar” o circuito de circulação da moeda social). Porém, aqui, trata-se de solução de médio e/ou longo prazo, supondo ainda o enfretamento de um quinto desafio.

Este diz respeito ao nível de organização já existente na comunidade e ao perfil de sua cultura política. Neste caso, parece salutar um justo equilíbrio entre uma certa maturidade política da comunidade em termos de ser portadora de um histórico de envolvimento e participação em movimentos sociais, de um lado, e a existência de lideranças com perfil construtivo capazes de fazer alavancar projetos de inovação socioeconômica, como os BCDs. Tanto o excesso de participação política em movimentos sociais pode dificultar as novas iniciativas, as quais acabam não recebendo a prioridade que necessitam para serem alavancadas, pois tais prioridades permanecem nas antigas bandeiras de lutas, quanto a pouca participação política numa comunidade também implica numa dificuldade de adesão às novas práticas pelo próprio déficit de cultura democrática, tão necessária em razão do caráter autogerido das novas iniciativas. Finalmente, formas tão inovadoras parecem apontar desafios, exigindo o aprendizado de um outro olhar sobre a gestão no desenvolvimento de territórios.

Lietaer e Kennedy (2010) apontam para a importância das universidades e centros de pesquisas acompanharem as experiências com moedas complementares, no sentido de estabelecer profundas comparações entre as experiências e medir suas consequências econômicas, sociais e ecológicas ao longo do tempo. É neste sentido, e diante de tais desafios, que se situa o trabalho da ITES/UFBA, tendo neste trabalho apenas uma pequena parte das reflexões referentes a uma série de estudos e práticas.

NOTAS

- 1 Denominação dos sistemas de trocas com moedas complementares na Alemanha, que visa manter a identificação do fato de ser um sistema “regional” (LIETAER e KENNEDY, 2010).
- 2 O Chiemgauer foi introduzido por Christian Gelleri, um professor secundarista, na região da Baviera, Alemanha, e seu projeto inicial era para ensinar economia aos estudantes (LIETAER e KENNEDY, 2010.). Para mais informações sobre esta moeda, ver www.chiemgauer.info.
- 3 Os LETS são clubes de trocas que se utilizam de uma moeda própria. O primeiro foi criado no Canadá, em 1976, diante dos problemas causados pela política monetária do país que reduzira o poder aquisitivo da população. O SEL é a denominação francesa para o mesmo tipo de iniciativa.

REFERÊNCIAS

AGLIETTA, M.; ÓRLEAN, A. **A violência da moeda**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BLANC, J. Las monnaies parallèles: évaluation du phénomène et enjeux théoriques. **Revue d'économie financière**, n. 49, p. 81-102, set. 1998. Disponível em: <http://www.aef.asso.fr>. Acesso em: 01 jul. 2010.

BÚRIGO, F. L. **Moeda social e circulação de riquezas na economia solidária** (2002).

Disponível em: http://money.socioeco.org/documents/67pdf_Moeda.pdf. Acesso em: 29 ago. 2010.

CAILLÉ, A. **Antropologia do Dom**: o terceiro paradigma. Petrópolis, RJ: Vozes, p 7-139, 2002.

_____. Prefácio. In: ROSPABÉ, P. **La dette de la vie**. Paris: Éditions La découverte/Mauss, 1995.

COLLIAC, S. Monnaies parallèles provinciales et fédéralisme budgétaire en Argentine. **Revue d'économie financière**. n. 81, p. 1-20, abr. 2005.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia - Análise & Dados**, Salvador - Bahia, v. 12, n. 1, p. 9-19, 2002.

_____. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 155-174, jan./jun. 2007.

FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, G. C. de; SILVA Jr., J. T. Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD). In: CATTANI, Antonio David *et al.* **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra-São Paulo: Edições Almedina, 2009, p. 31-37.

GODBOUT, J. T. **O espírito da dádiva**, Rio de Janeiro: FGV, 1999.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - ITES/UFBA (2007). **Projeto Economia Solidária e Sustentável de Matarandiba**, Salvador, BA, 2007.

LAVILLE, J. L. Economia plural. In: CATTANI, A. D. *et. al.* (Org.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra-São Paulo: Editora Almedina, 2009, p. 145-149.

LIETAER, B. **O futuro do dinheiro**. Encontros de Sustentabilidade (palestra proferida em 06 nov. 2007).

LIETAER, B.; KENNEDY, M. **Monedas regionales**: nuevos instrumentos para una prosperidad sustentable. s/l: La Hidra de Lerna Ediciones, 2010.

MENEZES, M. S.; CROCCO, M. A. Sistemas de moedas locais: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES. **Economia e Sociedade**, Campinas-SP, v. 18, n. 2 (36), p. 371-398, ago. 2009.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

_____. **La subsistance de l'homme**: La place de l'économie dans l'histoire et la société. Paris: Flammarion, 2011.

ROCARD, M. Prefácio. In: LIETAER, B.; KENNEDY, M. **Monedas regionales**: nuevos instrumentos para una prosperidad sustentable. s/l: La Hidra de Lerna Ediciones, 2010.

ROSPABÉ, P. A. **La dette de la vie**. Paris: Éditions La découverte/Mauss, 1995.

SILVA Jr., J. T. **Moeda social no caso do Banco Palmas no Ceará**. Entrevista concedida em 29 maio 2010: Lavras, Minas Gerais.

_____. O impacto da moeda social no desenvolvimento local de uma comunidade: a experiência do Banco Palmas/CE. In: III ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO, 2004, São Leopoldo/RS. **Anais...** São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

SOARES, C. L. B. **Moeda social**: uma análise interdisciplinar das suas potencialidades no Brasil contemporâneo. 2006 Tese (Doutorado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

_____. Moeda Social. In: CATTANI, A. D. *et al.* **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra-São Paulo: Edições Almedina, 2009, p. 255-259.

THÉRET, B. Os três estados da moeda: abordagem interdisciplinar do fato monetário. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 1 (32), p. 1-28, abr. 2008.

ZELIZER, V. A. **La signification sociale de l'argent**. [S.l.]. Coll. Liber, Edições Seuil, Paris 2005.

Ariadne Scalfoni Rigo

Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduada em Administração de Cooperativas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), MG. Professora da Escola de Administração da UFBA e do Programa de Pós-Graduação em Administração (NPGA). Pesquisa e atua nas áreas Organizações, Gestão e Controle Social. Especificamente, interessa-se pelas temáticas relacionadas às Políticas Públicas em Economia e Finanças Solidária, Moedas Sociais e Desenvolvimento de Territórios. Membro da Incubadora Tecnológicas de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial (ITES/UFBA).

Genauto Carvalho de França Filho

Professor da Universidade Federal da Bahia. Pesquisador CNPq. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Estudos Organizacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: economia solidária, associativismo, terceiro setor, economia popular e novas formas de solidariedade. Graduado e Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia e doutor em Sociologia - Université de Paris VII.

**Leonardo
Prates Leal**

Mestre em Administração (Organização, Poder e Gestão) pela Universidade Federal da Bahia e graduado em Administração pela Universidade do Estado da Bahia. Professor do curso de Administração Pública da Universidade Federal de Alagoas - UFAL - Campus Arapiraca. Coordenador geral da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária - ITES/UFAL. Pesquisa e atua nos seguintes temas: Economia Solidária, Finanças Solidárias, Gestão Social, Bens Comuns, Associativismo, Cooperativismo e Desenvolvimento Territorial.